



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GERENCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTRATO E ATOS CONGÊNERES

PROCESSO Nº 60043.000107/2020-35

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Nº 024/2020, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA  
(MD)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
(DEADI) E A EMPRESA SEISELES DISTRIBUIÇÃO E  
LOGÍSTICA EIRELI.**

A UNIÃO, entidade de direito público interno, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI)**, CNPJ nº 03.277.610/0001-25, doravante denominado **CONTRATANTE** com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, na cidade de Brasília-DF, CEP 70049-900, representado neste ato pelo Diretor do Departamento de Administração Interna, o Contra-Almirante (IM) ALEXANDRE CHAVES DE JESUS, nomeado pela Portaria nº 5.032/GM-MD, de 23/12/2019 (publicada no DOU nº 1, Seção 2 de 02/01/2020), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016) e Portaria nº 2.766/SEORI/SG-MD, de 18/08/2020 (publicada no Boletim Interno nº 34, de 21/08/2020), CPF nº 905.655.337-20, portador da Carteira de Identidade Militar nº 425125, residente e domiciliado nesta Capital, e a empresa **SEISELES DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **10.445.514/0001-04**, sediada na SCLS Quadra 415 - Bloco A – Loja 22 – Asa Sul – CEP 70.298-510, em Brasília/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **LEONARDO FELIPE GUEDES**, portador da Carteira de Identidade nº 2.389.945, expedida pela SSP/DF e CPF nº 001.736.611-90, tendo em vista o que consta no Processo nº **60043.000107/2020-35** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 35/2020-MD**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente é a contratação de **empresa especializada no fornecimento de jornais e revistas em suas versões digitais, a serem executados, de forma contínua sem dedicação exclusiva de mão de obra**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Qtd. (mensal)	Valor Total Mensal R\$	Valor Total Anual R\$
1	1	Assinatura Digital de Jornal <b>GLOBO</b> quantidade: 9 (nove)	Serviço	1	150,00	1.800,00
	2	Assinatura Digital de Jornal <b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> quantidade: 8 (oito)	Serviço	1	200,00	2.400,00
	3	Assinatura Digital de Jornal <b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> quantidade: 8 (oito)	Serviço	1	141,67	1.700,00
	4	Assinatura Digital de Jornal <b>CORREIO BRASILIENSE</b> quantidade: 7 (sete)	Serviço	1	108,33	1.300,00
	5	Assinatura Digital de Jornal <b>VALOR ECONÔMICO</b> quantidade: 9 (nove)	Serviço	1	225,00	2.700,00
	6	Assinatura Digital de Revista <b>ÉPOCA</b> quantidade: 4 (quatro)	Serviço	1	72,50	870,01
	7	Assinatura Digital de Revista <b>VEJA</b> quantidade: 4 (quatro)	Serviço	1	66,67	800,00
	8	Assinatura Digital de Revista <b>ISTO É</b> quantidade: 4 (quatro)	Serviço	1	70,83	850,00
	9	Assinatura Digital de Revista <b>CROSUÉ</b> quantidade: 4 (quatro)	Serviço	1	70,83	850,00
<b>O CUSTO TOTAL DESTA CONTRATAÇÃO POSSUI O VALOR DE:</b>						<b>R\$ 13.270,01</b>

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com **início na data de 15 de outubro de 2020 e encerramento em 15 de outubro de 2021**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO**

3.1. O custo total desta contratação possui o **valor de R\$ 13.270,01 (treze mil e duzentos e setenta reais e um centavo)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

4.1.1 Órgão/Unidade 52101 - Ministério da Defesa; Programa de Trabalho do MD 05.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade – ND 33.90.39 – Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, subitem 01 - Assinaturas de periódicos e anuidades.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

5.1. Metodologia de avaliação da execução dos serviços: De acordo com o Apêndice II do Termo de Referência - Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

5.1.2. A utilização do IMR ocorrerá preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuada.

5.1.3. O MD, por intermédio da ASCOM, reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade do licitante vencedor, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto licitado, cabendo lhe, entre outras providências de ordem técnica.

5.1.4. Acompanhar a execução contratual, zelando pelo seu fiel cumprimento.

5.1.5. Garantir à manutenção das cláusulas contratuais.

5.1.6. Notificar à contratada, por meio de instrumento estabelecido no contrato, quando da ocorrência de falhas ou inconsistências contratuais, a fim de adotar medidas corretivas, estabelecendo prazos para a sua regularização.

5.1.7. Notificar formalmente à Administração, por meio de sua chefia imediata, o não cumprimento das cláusulas contratuais ou falhas na execução do contrato, solicitando providências daquela, quando for o caso.

5.1.8. Informar à sua chefia imediata, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassem a sua competência quanto à adoção de medidas corretivas da gestão contratual.

5.1.9. Atestar formalmente, juntamente com seus fiscais, a entrega e o recebimento provisório e/ou definitivo dos serviços e/ou bens contratados, conforme cláusulas contratuais.

5.1.10. Realizar o ateste das notas fiscais/faturas.

5.1.11. Receber dos fiscais de contrato, por meio de ordem de serviço ou documento similar, a comprovação dos serviços prestados e/ou bens contratados referentes à execução contratual

acompanhados de seus correspondentes graus de qualidade.

5.1.12. Enviar, por meio de sua chefia imediata, o processo de pagamento das notas fiscais/faturas para pagamento.

5.1.13. Enviar à GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (GEOFI), por ocasião do encerramento do contrato ou de sua rescisão, o Termo de Encerramento Contratual, a Ficha de Acompanhamento Contratual e a Ficha de Acompanhamento de Pagamentos.

5.1.14. Devolver à contratada, formalmente, as notas fiscais de cobrança em desconformidade com o contrato.

5.1.15. Emitir parecer em todos os atos da Administração relativos à aplicação de penalidades, à execução, à alteração, ao reajuste e à repactuação dos contratos sob sua responsabilidade.

5.1.16. Acompanhar as ações de seus fiscais.

5.1.17. Solicitar alterações contratuais pertinentes.

5.2. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

5.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este instrumento.

5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da IN nº 3/MP/2018.

5.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.5.1. o prazo de validade;

5.5.2. a data da emissão;

5.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.5.4. o período de prestação dos serviços;

5.5.5. o valor a pagar; e

5.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da IN nº 5/SEGES/MP/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.7.1. não produziu os resultados acordados;

5.7.2. deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

5.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

5.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 3/MP/2018.

5.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

5.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN nº 5/SEGES/MP/2017, quando couber.

5.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$I = \left( \frac{6}{100} \right)$

365

$I = 0,00016438$

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato, o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, de Ofício pela Administração Contratante, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por **90 (noventa) dias** após o término da vigência contratual, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

7.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco

Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.12. Será considerada extinta a garantia:

7.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento e no Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2. Fornecer assinaturas eletrônicas de jornais e revistas sendo:

8.2.1. Jornais:

8.2.1.1. O Globo, quantidade: 9 (nove);

8.2.1.2. O Estado de São Paulo, quantidade: 8 (oito);

8.2.1.3. Folha de São Paulo, quantidade: 8 (oito);

8.2.1.4. Correio Braziliense, quantidade: 7 (sete); e

8.2.1.5. Valor Econômico, quantidade: 9 (nove).

8.2.2. Revistas:

8.2.2.1. Época, quantidade: 4 (quatro);

8.2.2.2. Veja, quantidade: 4 (quatro);

8.2.2.3. IstoÉ, quantidade: 4 (quatro); e

8.2.2.4. Crosuê, quantidade: 4 (quatro).

8.3. A relação das assinaturas poderá ser alterada no decorrer da vigência do contrato, cabendo ao Contratante notificar a Contratada formalmente.

8.4. Proceder à alteração de senha e de usuário de acordo com as determinações do Contratante, por intermédio de solicitação formal.

8.5. Repassar ao Contratante login e senha de acesso individual a cada assinatura digital. Não será aceito, em nenhuma hipótese, o fornecimento de apenas um login e uma senha para acesso concomitante a todas as assinaturas digitais.

8.6. Permitir o acesso aos periódicos por dispositivos eletrônicos e agir, dentro do prazo estipulado, sanando eventuais problemas com o acesso junto aos veículos de comunicação, providenciando a sua regularização, sempre que ocorrer qualquer fato impeditivo de acesso online, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir de notificação pelo Contratante, por intermédio fiscalização do contrato.

8.7. Havendo problemas na disponibilização do conteúdo por parte dos veículos de comunicação, a Contratada deverá comunicar ao Contratante da ocorrência formalmente a fiscalização do contrato.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **9.1. São Obrigações da Contratante:**

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

9.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN nº 5/SEGES/MP/2017.

9.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.1.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.1.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.1.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.1.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

9.1.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

9.1.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.12. Efetuar o fornecimento no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste instrumento e no contrato de prestação de fornecimento;

9.1.13. Manter durante toda a execução do contrato decorrente deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, não se admitindo qualquer modificação sem a análise e aprovação prévia da contratante;

9.1.14. Indicar preposto com competência para, se aceito pela contratante, manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las, bem como representá-la na execução do contrato decorrente do presente instrumento;



9.1.15. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial;

9.1.16. Comunicar à contratante, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), por escrito, no prazo máximo de 24h que anteceder ao vencimento do prazo de fornecimento solicitado, os motivos que impossibilitam o cumprimento do previsto;

9.1.17. Responsabilizar-se por todas as despesas com material, entrega, mão-de-obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, fretes, equipamentos, seguros, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie decorrentes do contrato a ser celebrado em razão deste instrumento;

9.1.18 Submeter à aprovação do Departamento de Administração Interna (DEADI) toda e qualquer alteração ocorrida, em face de imposições legais ou de cunho administrativo, indispensáveis à perfeita execução do objeto lícitado.

9.1.19. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, seguros e demais encargos inerentes à execução do objeto lícitado.

9.1.20. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao contrato a ser firmado.

9.1.21. Responder por perdas e danos que vier a sofrer o Ministério da Defesa ou terceiros, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

9.1.22. Submeter-se à fiscalização do MD de modo irrestrito, obrigando-se a prestar todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento do objeto lícitado.

9.1.23. Honrar sua proposta comercial, bem como manter as condições técnico-comerciais que lhe garantiram a presente licitação, de modo a não frustrar a execução do objeto lícitado, devendo providenciar a regularização das eventuais pendências, no prazo indicado pelo MD, sob pena de sanções previstas na legislação vigente.

9.1.24. Aceitar, nas mesmas condições ofertadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto lícitado, até o limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

9.1.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

9.1.26. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

9.1.27. O licitante vencedor deverá fornecer à ASCOM, deste Ministério, para uso exclusivo do MD, os logins e senhas de acesso ao conteúdo digital dos jornais e revistas adquiridos, bem como, possibilitar que a ASCOM defina e administre as senhas e logins, de acordo com as necessidades da mesma e em consonância com as normas da empresa editora.

9.1.28. Atender as necessidades do MD, mediante solicitação da ASCOM, ao acréscimo de novos informativos ou o aumento do número de assinaturas digitais dos veículos mencionados no presente instrumento, no limite de 25%, de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Art 65, § 1º.

9.1.29. Comunicar ao MD os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 1 (um) dias útil após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

9.1.30. Manter, durante todo o período de vigência do contrato a ser firmado, um preposto aceito pelo MD, para representação do licitante vencedor, sempre que for necessário.

9.1.31. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros que lhes venham a serem exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do Contrato a ser firmado.

9.1.32. Ressarcir o MD pelo prejuízo causado pelo não fornecimento de qualquer uma das assinaturas digitais, objeto da licitação, seja por que motivo for e desde que provocado pelo licitante vencedor.

9.1.33. Emitir mensalmente a nota fiscal, a qual deverá conter descrição e quantidade das assinaturas digitais dos periódicos e revistas fornecidos, bem como os respectivos valores unitários e totais.

## **9.2. São Obrigações da Contratada:**

9.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste instrumento e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta.

9.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.2.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

9.2.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN nº 5/SEGES/MP/2017.

9.2.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

9.2.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.2.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.2.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.2.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este instrumento, no prazo determinado.

9.2.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

9.2.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº13.146, de 2015.

9.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.2.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.2.22. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII - F da IN nº 5/SEGES/MP/2017:

9.2.23. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.2.24. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.2.25. Comunicar formalmente à contratada, via e-mail, fax ou ofício, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, as alterações de usuários contemplados, para o recebimento de login e senha de acesso, não necessitando de formalização mediante Termo Aditivo.

9.2.26. Levar ao conhecimento da contratada, no prazo máximo de 24h, via e-mail, fax ou ofício, qualquer irregularidade, fato extraordinário ou anormal observados durante a execução do contrato, para adoção das medidas cabíveis.

9.2.27. Efetuar o pagamento à contratada nas condições e preços pactuados.

9.2.28. Responder pelas consequências de suas ações e omissões.

9.2.29. Notificar, por escrito, ao licitante vencedor, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.2.30. Responsabilizar-se pelos pagamentos devidos, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

9.2.31. Atender às normas da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da AC/MD, Portaria Normativa nº 2/GM-MD/2019.

9.2.32. Entregar na Coordenação de Segurança da AC/MD a primeira via do Termo de Responsabilidade (Apêndice IV) assinado por todos os prestadores de serviços e a primeira via do Termo de Confidencialidade (Apêndice V) assinado pelo representante da Contratada.

9.2.33. Deverá demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da AC/MD por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

10.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de qualquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. **Multa de:**

10.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o **valor mensal contratado** em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o **valor mensal contratado**, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o **valor mensal contratado**, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.4. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três vírgula dois por cento) por dia sobre o **valor mensal do contrato**, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 do subitem 19.4 abaixo;

10.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato; e

10.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar **com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas**, por até **2 (dois) anos**;

10.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

10.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste instrumento.

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.3. As sanções previstas nos **subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com os 1 e 2.

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato.

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia.	3
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência	3

	formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada.	1

10.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

10.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.13. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEITA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília-DF - Justiça Federal.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

*Pelo Contratante:*

**ALEXANDRE CHAVES DE JESUS**  
Contra-Almirante (IM)  
Diretor

*Pela Contratada:*

**LEONARDO FELIPE GUEDES**  
Representante da Empresa

*Testemunhas:*

**ROBERTO KAZUYOSHI TOMITA**  
Gestor do Contrato

**GERSON LUIZ GONÇALVES DA SILVA**  
Fiscal Administrativo

**ROSILANE BARRETO ALVES**  
Fiscal Técnico



Documento assinado eletronicamente por **Gerson Luiz Gonçalves da Silva, Fiscal de Contrato - Administrativo**, em 07/10/2020, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Rosilane Barreto Alves da Silva, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 07/10/2020, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO KAZUYOSHI TOMITA, Gestor(a) de Contrato**, em 07/10/2020, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Felipe Guedes, Usuário Externo**, em 07/10/2020, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Chaves de Jesus, Diretor**, em 07/10/2020, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **2761470** e o código CRC **AD901901**.





---

**Referência:** Processo nº 60043.000107/2020-35

SEI nº 2761470

Contrato 04/2018; Contratada: 354.412.081-04/TEOFILO DIVINO DE FARIA; Locação de Imóvel para a AC ARAPOEMA; Objeto: Fica definido que para o período de 05/10/2020 a 06/10/2021 o valor do aluguel mensal pela utilização da UNIDADE POSTAL será de R\$ 1.150,00, correspondente a não aplicação do reajuste anual da Cláusula QUARTA, subitem 4.1, do Contrato de Locação nº 04/2018.

Contrato 03/2018; Contratada: 210.376.633-49/FERNANDO CÉLIO PORTO CARNEIRO; Locação de Imóvel para a AC BANDEIRANTES; Objeto: Fica definido que para o período de 11/10/2020 a 12/10/2021 o valor do aluguel mensal pela utilização da UNIDADE POSTAL será de R\$ 650,00, correspondente a não aplicação do reajuste anual da Cláusula QUARTA, subitem 4.1, do Contrato de Locação nº 03/2018

## Ministério da Defesa

### COMANDO DO EXÉRCITO COMANDO MILITAR DO NORDESTE 7ª REGIÃO MILITAR

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 11/2004

Objeto: Aquisição de artigos não perecíveis do QS. Total de itens: 18 Total de Itens Licitados: 00018 . Edital: 01/02/2005 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00 . Endereço: 7 DSup - rua Gen Estilac Leal nr 439 Cabanga - RECIFE - PE . Entrega das Propostas: 16/02/2005 às 09h00 . Informações Gerais: O Edital poderá ser obtido, desde que o interessado apresente na Sec Lic d o 7 DSup, um disquete para gravação ou solicite via e-mail ou ainda através do site [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br).

HÉLCIO DE FREITAS MARTINS - TEN CEL  
OD 7 D Sup

(SIDE - 31/01/2005) 160198-00001-2004NE900012

### COMANDO DA MARINHA SECRETARIA-GERAL DIRETORIA DE ABASTECIMENTO CENTRO DE OBTENÇÃO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 6001/2005

Objeto: Água Mineral Total de Itens Licitados: 00001 . Edital: 01/02/2005 de 09h00 às 11h00 e de 14h00 às 16h00 . Endereço: Av Brasil 10500 Olaria - RIO DE JANEIRO - RJ . Entrega das Propostas: 28/02/2005 às 14h00 . Informações Gerais: [www.comrj.mar.mil.br](http://www.comrj.mar.mil.br)

DELMAR DIAS DA SILVA  
Pregoeiro

(SIDE - 31/01/2005) 771300-00001-2005NE000028

### HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 39/2020

O Hospital das Forças Armadas torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 39/2020 - Ata Complementar, Processo Administrativo 60550.003484/2019-62, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material de Órtese, Prótese e Materiais Especiais - OPME, sob medida, para a paciente do Hospital das Forças Armadas-HFA. Empresa:17.005.576/0001-44 - L F LUZ EIRELI, Total do Fornecedor R\$ 289.900,00; Demais informações no site governamental [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

KLADSON TAUMATURGO FARIAS  
Ordenador de despesas

(SIDE - 08/10/2020) 112408-00001-2020NE800225

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2020 - UASG 112408

Nº Processo: 60550014786202008. Objeto: Aquisição de material médico hospitalar permanente para a Seção de Ginecologia e Obstetrícia, por meio de registro de preços, destinado a atender as necessidades do Hospital das Forças Armadas. (processo: 60550.014786/2020-08). Total de Itens Licitados: 16. Edital: 09/10/2020 das 09h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30. Endereço: Setor Hfa, S/nº, Sudoeste - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/112408-5-00070-2020>. Entrega das Propostas: a partir de 09/10/2020 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 23/10/2020 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: .

KLADSON TAUMATURGO FARIAS  
Ordenador de Despesas

(SIASgnet - 08/10/2020) 112408-00001-2020NE800225

### SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2020 - UASG 110404

Nº Processo: 60043000107202035.

PREGÃO SISPP Nº 35/2020. Contratante: MINISTERIO DA DEFESA -CNPJ Contratado: 10445514000104. Contratado : SEISELLES DISTRIBUICAO E LOGISTICAIRELI. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de jornais e revistas em suas versões digitais. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 9.507/2018, IN nº 1/2019 e IN nº 05/2017. Vigência: 15/10/2020 a 15/10/2021. Valor Total: R\$13.270,01. Fonte: 100000000 - 2020NE800819. Data de Assinatura: 07/10/2020.

(SIC - 08/10/2020) 110404-00001-2020NE800092

## SECRETARIA-GERAL

### EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 897978/2020, Nº Processo: 60414000369202034, Concedente: MINISTERIO DA DEFESA, Conveniente: MUNICIPIO DE COMBINADO CNPJ nº 33255043000177, Objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE, Valor Total: R\$ 122.900,00, Valor de Contrapartida: R\$ 2.900,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2020 - R\$ 120.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2020NE800127, Valor: R\$ 120.000,00, PTRES: 175860, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 44425248, Vigência: 08/10/2020 a 28/09/2022, Data de Assinatura: 08/10/2020, Signatários: Concedente: UIRATAN POTY CPF nº 569.290.567-15, Conveniente: LINDOLFO DO PRADO NETO CPF nº 534.308.671-34.

### COMANDO DA AERONÁUTICA GABINETE DO COMANDANTE

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2020 - UASG 120001

Nº Processo: 67000005525202064. Objeto: Registro de preços para aquisição de peças de vestuários personalizados, utilizados durante o expediente e serviço de escala pelos militares do GABAER e Unidades Apoiadas, as quais não são elencadas e discriminadas na RCA 35-2/2016 (RUMAER).. Total de Itens Licitados: 17. Edital: 09/10/2020 das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00. Endereço: Esplanada Dos Ministerios Bloco "m" 9º Andar Sala 912, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/120001-5-00031-2020>. Entrega das Propostas: a partir de 09/10/2020 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 22/10/2020 às 14h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: .

MARCELO BATISTA

Ordenador de Despesas por Delegação do Gabaer

(SIASgnet - 08/10/2020) 120001-00001-2020NE800142

### COMANDO DE PREPARO VI COMANDO AÉREO REGIONAL GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA

#### EDITAL Nº 14/2020

#### CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos, designado pela Portaria nº 69/GABSEC, de 27 de agosto de 2020, publicada no Boletim Interno Ostensivo NP 167, de 16 de setembro de 2020, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos n o 24/2019, autorizada pelo Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Comando da Aeronáutica (CPADAER), faz saber a quem possa interessar que a partir do 452 (quadrágésimo quinto) dia subsequente a data de publicação deste Edital no Diário Oficial da União, se não houver oposição, a SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA (SEFA) eliminará 1,69 metros lineares dos documentos relativos a Organização e Funcionamento, Pessoal, Material, Patrimônio, Orçamento e Finanças, Documentação e Informação, Pessoal Militar e Assuntos Transitórios, do período de 1999 a 2014, da SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA (SEFA).

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer às suas expensas e mediante petição dirigida à Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos da SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA (SEFA), a retirada ou cópias de documentos, avulsos ou processos, bem como o desentranhamento ou cópias de folhas de um processo.

### PAULA DIANDRA FRAGATA Ten Cel QUINT FSU DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2020

Nº Processo: 67701.021228/2011-78. Espécie: Termo Aditivo de Contrato. Contratante: União, Ministério da Defesa, por intermédio do Comando da Aeronáutica - COMAER, representado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA e pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC. Contratada: EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL- EAI. Anuente Solidária: EMBRAER S.A. Nº do Termo Aditivo e Contrato Original: 6º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011. Finalidade: a) Alterar as CLÁUSULAS: 4ª- CUSTEIO; 5ª - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO; 6ª- PRAZO DE VIGÊNCIA; 7ª - PRAZO DE EXECUÇÃO E EFICÁCIA; 17 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e 36 - CORRESPONDÊNCIA; e Alterar os ANEXOS: I - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO; IV - CONTRACT DATA REQUIREMENTS LIST- CDRL; VII - PROCEDIMENTO PARA IMPORTAÇÃO DEFINITIVA e VIII - LISTA CONSOLIDADA DE FORNECIMENTOS CAT "E" POR ETAPA. Amparo Legal: inciso I e § 1º, inciso III ambos do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Valor: Não houve alteração no valor do Contrato. Programa: 6012. Ações: 123B. Naturezas da Despesa: 44.90.30 e 44.90.39. Data de assinatura: 08 de outubro de 2020. Vigência: 30 de janeiro de 2022.

### GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2020 - UASG 120016

Nº Processo: 67720006517202018.

PREGÃO SRP Nº 94/2019. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -CNPJ Contratado: 05894012000120. Contratado : NETCLEAR TECNOLOGIA E ENGENHARIA -EIRELI. Objeto: Serviços de Cabeamento Estruturado de Rede de Dados e Voz do HFASP. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e 10520/2002 . Vigência: 21/09/2020 a 20/01/2021. Valor Total: R\$150.127,89. Fonte: 151000000 - 2020NE801559. Data de Assinatura: 21/09/2020.

(SIC - 08/10/2020) 120016-00001-2020NE800001

#### AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 62/2020

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 29/09/2020 . Objeto: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para a permissão de Uso de terreno de 179.000 m², destinado à implantação de Usina Fotovoltaica, com características, condições e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

LUIS FERNANDO BARBOSA MARQUES  
Ordenador de Despesas

(SIDE - 08/10/2020) 120016-00001-2020NE800412

